

# EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE RONDA ALTA

Ana Paula Matei <sup>1</sup>

Ana Lúcia Oliveira da Silva <sup>2</sup>

Lovois de Andrade Miguel<sup>3</sup>

**Resumo:** A compreensão de uma realidade agrária complexa exige conhecimento sobre estrutura produtiva, estratégias dos atores locais e, sobretudo, a respeito da história agrária. Este trabalho buscou reconstituir a evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Ronda Alta, que se destaca pelo contexto histórico de lutas pela terra e é considerada uma das áreas pioneiras de movimentos sociais a favor da reforma agrária. A região caracteriza-se por ter sido banhada por barragem (Barragem do Rio Passo Fundo) e também pela proximidade com áreas de territórios indígenas. A partir desse contexto, o objetivo do trabalho é o de reconstruir os sistemas agrários e compreender a dinâmica e a evolução destes sistemas encontrados no município, visando à compreensão sobre o desenvolvimento e sistemas produtivos do local. O estudo foi realizado com base no levantamento de dados primários e de dados secundários. Constatou-se que a evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários destacam-se em cinco períodos e trazem inerente à história dos conflitos e lutas pela terra. Diferentes fatores favoreceram para que estes acontecimentos tenham ganhado força e eclodissem nesta região.

**Palavras-chave:** Sistemas Agrários, Ronda Alta, Desenvolvimento.

## 1. INTRODUÇÃO

A compreensão de uma realidade agrária complexa exige, necessariamente, um profundo conhecimento da estrutura produtiva, das estratégias dos atores locais e, sobretudo da história agrária. Partindo deste pressuposto, buscou-se reconstituir a evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região do Médio-Alto Uruguai, ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente do município de Ronda

---

1 Administradora, mestre em Engenharia de Produção, doutoranda em Desenvolvimento Rural - PGDR-UFRGS. Av. João Pessoa, nº 31. Porto Alegre - RS. [ana.matei@ufrgs.br](mailto:ana.matei@ufrgs.br). Área Temática: Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural.

2 Jornalista, mestranda em Desenvolvimento Rural - PGDR-UFRGS. Av. João Pessoa, nº 31. Porto Alegre - RS. [dnya@terra.com.br](mailto:dnya@terra.com.br). Área Temática: Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural.

3 Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola - Institut National Agronomique Paris Grignon. Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS. [lovois@ufrgs.br](mailto:lovois@ufrgs.br). Área Temática: Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural.

Alta. O município de Ronda Alta destaca-se pelo contexto histórico de lutas pela terra, sendo considerada uma das áreas pioneiras de movimentos sociais a favor da reforma agrária. Além disso, a região destaca-se por ter sido banhada por barragem (Barragem do Rio Passo Fundo) e também pela proximidade com áreas de territórios indígenas. Assim, estes fatores caracterizam-na como uma região com diversas contradições em termos de desenvolvimento regional e de diferenciação de seus sistemas agrários. A partir desse contexto, o objetivo do trabalho é o de reconstruir os sistemas agrários e compreender a dinâmica e a evolução destes sistemas encontrados no município de Ronda Alta, visando à compreensão sobre o desenvolvimento e sistemas produtivos do local.

O estudo foi realizado com base no levantamento de dados primários (por meio de entrevistas e leitura da paisagem local) e de dados secundários (por meio da pesquisa bibliográfica, mapas e relatórios de pesquisa). Inicialmente é apresentada uma caracterização dos aspectos físicos, climáticos, ambientais e geológicos da região, visando à compreensão de elementos que possam ter influenciado e mesmo determinado à maneira como evoluíram os diferentes sistemas agrários.

Na sequência, com base nas informações pesquisadas, foi realizado um ensaio de reconstrução dos sistemas agrários, buscando identificar e caracterizar a evolução e diferenciação dos sistemas agrários encontrados.

## **2. METODOLOGIA**

A evolução da sociedade sempre esteve associada aos processos de transformação social e técnica, que ao longo do tempo foram sendo incorporados e visualizados pelas transformações em níveis culturais, políticos, econômicos e no comportamento social. Os processos de evolução da agricultura estão fortemente associados aos avanços da sociedade e especialmente relacionados aos modos de vida e aos sistemas de produção existentes (MAZOYER e ROUDART, 2010).

A compreensão sobre o que consiste os sistemas agrários e como diferentes elementos se configuram para sua evolução permite que o contexto atual dos sistemas de produção, político e social de uma determinada região sejam ponderados. Para Mazoyer e Roudart (2010, p. 71) “a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto às próprias observações”. Segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 71)

“A teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em

grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas”.

Assim, a reconstrução do processo histórico de ocupação e uso da terra corresponde a basicamente duas formas de entender a prática da agricultura e concepção dos sistemas agrários (e seus subsistemas): pela forma como o *ecossistema* local foi e está sendo *cultivado* e como se organiza e se configura o *sistema social produtivo*, sendo necessário analisar tanto a *organização* e o *funcionamento* de cada um desses subsistemas, como suas *interrelações* (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Partindo de uma percepção e uso da abordagem sistêmica, foi possível evidenciar as diversas interações existentes entre os elementos presentes na paisagem e contexto em estudo, permitindo uma visão de conjunto, fortemente estruturada e articulada, do fenômeno em estudo e deste com seu entorno (MIGUEL, 2009).

A identificação da evolução e diferenciação dos Sistemas de Agrários em Ronda Alta foi realizada a partir de dados coletados de fontes primárias e secundárias. A coleta de dados de fontes primárias ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores da região, sendo um casal de agricultores e precursores dos processos de ocupação e uso da terra, um agrônomo e responsável pela gerência regional da EMATER em Passo Fundo, dois professores de história e filhos de agricultores, e um líder da igreja que atuou nos processos de ocupação da terra na região.

Como fontes primárias também foram realizadas imagens de áreas de produção agrícola no local, as quais possibilitaram uma análise da paisagem. As fontes secundárias foram obtidas a partir de trabalhos já realizados sobre o local, bem como por meio de artigos, livros, relatórios eletrônicos e dados disponíveis na internet, como dados disponíveis em sites como IBGE, FEE, Coredes.

Os principais elementos analisados para definir a evolução e diferenciação destes sistemas foram: fases da ocupação; atividades desenvolvidas (agrícolas, pecuária, extrativista); estrutura fundiária; além dos dados sobre aspectos físicos, climáticos, geográficos, entre outros. A seguir, é realizada a caracterização da região e após a descrição dos sistemas agrários identificados.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E RECONSTITUIÇÃO DA EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS**

O município de Ronda Alta localiza-se na região do Médio-Alto Uruguai, no quadrante centro-norte do RS, sendo banhado pela bacia hidrográfica do Rio Uruguai,

conforme Figura 01 - Mapa de Localização. Também é considerado como integrante da Microrregião do município de Sarandi, região do Planalto Médio ou Noroeste Colonial, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Originou-se dos municípios de Nonoai e Sarandi. Criado em 26 de dezembro de 1963 pela Lei nº 4690/63, o município possui uma área de 419,6 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica 23,9 hab/km<sup>2</sup> e localiza-se há uma distância de 294,6 km da Capital.

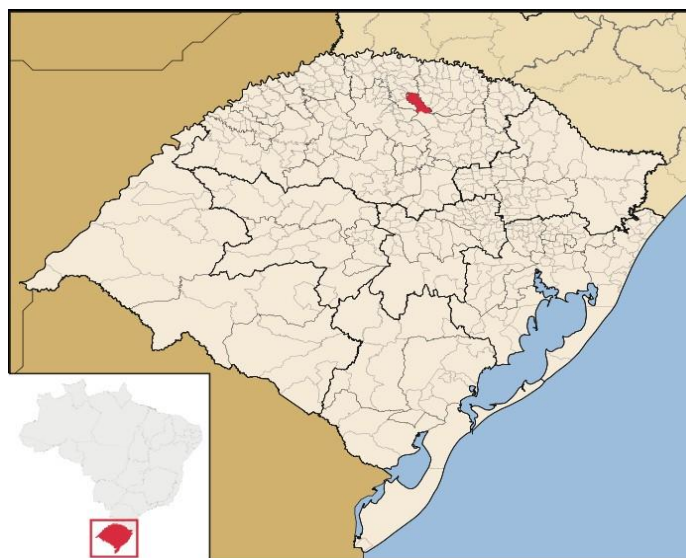


Figura 01 - Mapa de Localização do município de Ronda Alta – RS

Fonte: FEE, 2010

Ronda Alta é um município com uma população rural maior que urbana, possuindo uma taxa de urbanização de 36,59% em 1991 e de 43,66% em 2000 conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano (2003). No período 1991-2000, a população de Ronda Alta teve uma taxa média de crescimento anual negativa de -0,95%, passando de 10.920 em 1991 para 10.051 em 2000. Em 2010, sua população total era de 10.221 habitantes. Possui uma taxa de analfabetismo de 9,40% (dados de 2000) e a expectativa de vida ao nascer é de 71,86 anos. O PIB per capita em 2008 foi de R\$ 14.167 (FEE, 2011).

Os solos predominantes na região de Ronda Alta são argilosos, destacando-se o Latossolo Vermelho Escuro Distrófico. O relevo desta região é ondulado e a altitude varia entre 400 e 700m. O clima da região é do tipo Cfa 1 de Koeppen (33). A temperatura anual é inferior a 18°C e a precipitação média anual é em torno de 1750 mm, com chuvas bem distribuídas. Podem ocorrer geadas até nos meses de setembro e outubro. Para Rambo (1994), é tarefa difícil descrever a cobertura vegetal da vasta região do Planalto gaúcho (região esta onde se situa Ronda Alta), pois aparentemente não há ordem nem sistema; isto tanto mais quanto às diferenças florísticas, que nos

pontos extremos são consideráveis. No entanto, um exame superficial da vegetação mostra a ocorrência de grandes formações de mato e de campo. Entretanto, é impossível estabelecer províncias separadas de mato e de campo, pois as duas formações ocorrem muitas vezes imbricadas. No planalto da bacia do Paraná (onde se localiza a região de Ronda Alta), a cobertura vegetal que tende a predominar é a formação floresta. As florestas nativas foram, porém, contidas pelo intenso desmatamento, em virtude da utilização da terra para as atividades de lavoura e para a extração de madeira, impondo, assim, uma crescente regressão da cobertura florestal original.

Conforme a coleta de dados, a história da ocupação e colonização da região de Ronda Alta permite a delimitação e caracterização dos seguintes sistemas agrários:

- 1º) Sistema Agrário Indígena
- 2º) Sistema Agrário Caboclo
- 3º) Sistema Agrário Senhorial Escravocrata
- 4º) Sistema Agrário Colonial Tradicional
- 5º) Sistema Agrário Colonial Atual

### **3.1 Sistema Agrário Indígena (meados de 1650 - 1700)**

Até meados do século XVII, os índios eram os únicos ocupantes das terras desta região, sendo uma área de matas povoadas pelos índios guaranis e caingangues. Os índios guaranis foram os primeiros habitantes de toda a margem do Rio Uruguai, e posteriormente à margem do Rio Passo Fundo (RÜCKERT, 1999; CITOLIN e DI DOMENICO, 2009).

A cultura do povo indígena se caracteriza pela sobrevivência por meio de práticas de caça, coleta e pesca, utilizando pouco da prática de agricultura, a qual basicamente servia para subsistência, sendo apenas realizado em pequena escala o cultivo de mandioca e milho, principalmente, e em alguns casos o feijão, abóbora, moranga, fumo e erva-mate. Habitavam geralmente nas várzeas dos rios para facilitar a caça e a pesca (CITOLIN e DI DOMENICO, 2009). Utilizavam o pinhão que coletavam entre os meses de março e maio, e para o qual criaram formas de conservação, como a farinha do pinhão e o "pinhão d'água" (os pinhões eram colocados num cesto com tampa e este amarrado a um cipó era colocado em um poço de rio). Também usavam o pinhão para produzir uma de suas bebidas fermentadas.

Dentre as técnicas que realizavam, a prática de queimada da mata servia para abrir pequenas clareiras para a plantação. Em relação às técnicas de produção, este povo

pouco desenvolveu suas práticas, dado a cultura da coleta e a abundância existente. Usavam mais frequentemente, para caçar aves e animais, arcos e flechas, com diferentes tipos de pontas feitas de madeira ou ossos de animais. Utilizavam de poucas ferramentas manuais como o machado de pedra e a canoa, e não utilizavam da tração animal. As relações de trabalho ocorriam de forma livre, com uma divisão de tarefas por gênero, onde os homens realizavam a caça e a pesca, bem como preparavam as clareiras para o plantio, e as mulheres a coleta, o plantio e a colheita.

A distribuição das terras era de forma coletiva, em função das tribos, e entre elas é que ocorriam as relações de produção e de troca de mercadorias. Em termos de intervenção no meio natural, os índios pouco contribuíram para a alteração da paisagem, dado que apenas se apropriavam dos produtos da própria natureza e eventualmente realizavam a prática do sistema de queimadas, mas de forma não impactante.

Dentre os fatores de crise que possibilitaram espaço para um novo sistema agrário, relaciona-se a época das Missões Orientais do Uruguai, que após sua decadência e o abandono da administração espanhola, chegam os jesuítas portugueses. A chegada luso-brasileira nesta região se inicia após a guerra contra os Sete Povos das Missões. Em meados do século XVII, o gado 'alçado' das reduções jesuíticas foi incorporado às economias das colônias portuguesa e espanhola, e abriu caminho que vinha de São Paulo, passava por Lages e levava ao território das Missões, cruzando por Vacaria, Passo Fundo e Cruz Alta (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

### **3.2 Sistema Agrário Caboclo (a partir de 1650 até meados de 1850)**

Este sistema conviveu basicamente durante o sistema indígena. Com a vinda dos bandeirantes paulistas para o sul e a conquista das Missões, e meados do século 17, os caboclos mestiços eram a força de trabalho para estas conquistas, os quais permaneceram nesta região como peregrinos. Os caboclos extraíam erva-mate de locais públicos e privados, para estabelecerem um canal de distribuição para o comércio. Este produto era exportado entre os séculos 17 e 19 para grandes centros, como Buenos Aires e Montevideu (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

Em função da peregrinação, os caboclos não estabeleceram a prática de produção, e sua forma de trabalho era o extrativismo. Para isso, precisavam migrar de áreas para onde pudessem realizar esta prática, como nômades. Os caboclos encontravam na mata

as condições mais favoráveis para a sua sobrevivência, sendo grande parte de sua alimentação advinda também da pesca e coleta. No entanto, a mata também oferecia condições para o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas, mesmo com suas técnicas de produção limitadas e rudimentares, apoiava-se, principalmente, nas queimadas para o desmatamento, que também tinha função fertilizante [cinzas] e limitadora do desenvolvimento de ervas daninhas.

A técnica de derrubada e queimada era tradicionalmente praticada pelas populações tupis-guaranis. Utilizavam de ferramentas como a foice, o machado e a enxada. As lavouras eram de pequena escala, com instrumentos ainda de certa forma rudimentares, impedindo que se praticasse uma agricultura de maior escala (SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002; WOLOSZYN, 2007).

Os caboclos cultivavam feijão, amendoim, arroz, e principalmente a mandioca e o milho. No entanto, os caboclos exerciam vínculos comerciais onde trocavam, em pequenos estabelecimentos, produtos agrícolas como fumo, milho, feijão, erva-mate, por sal, bebidas, querosene, pólvora, instrumento de trabalho, etc. A mão-de-obra envolvia toda a família, pois especialmente na atividade extrativista, a erva-mate era bastante trabalhosa (WOLOSZYN, 2007).

A partir do século XVIII é que ocorre a formação de uma identidade camponesa cabocla, com o estabelecimento da atividade econômica do tropeirismo e da erva-mate na região, os caboclos seminômades baseados em uma agricultura de subsistência, passaram a trabalhar em estâncias. Com isso, tiveram uma forte dependência econômica e política dos grandes proprietários de terras, comerciantes e donos de engenhos do mate, que passaram a segregar os caboclos com o apossamento dos campos nativos pelos estancieiros e, posteriormente, com a Lei das Terras de 1850, também a apropriação das áreas florestais (REICHERT, 2010).

Nesta época, as principais categorias sociais existentes eram os caboclos, os indígenas e os tropeiros, sendo estes últimos responsáveis pelo comércio de gado com destino ao centro do país. Não existiam, portanto grandes excedentes comerciais além do gado e de muares e erva-mate, pois os caboclos eram impedidos do acesso a terra.

Em virtude da Lei de Terras, passaram à demarcação das terras da região e à distribuição de posse destas. As fazendas instaladas, que até então ocupavam espaços nobres (os campos), passaram a disputar também as áreas próximas das matas, principalmente os ervais. Na região norte do Rio Grande do Sul houve conflitos entre fazendeiros e caboclos, principalmente, a partir de meados do século XIX. Os principais

motivos para os conflitos eram em função da tentativa de tomar posse das terras, pois os fazendeiros sempre contestavam como sendo de sua propriedade.

Por fim, os caboclos tornaram-se peões, agregados ou posseiros das fazendas, residindo no fundo das propriedades, ganhando uma pequena extensão de terra para construir um rancho, e assim foram incorporados aos trabalhos da fazenda (de pecuária, de doma e de tropeada de mulas até SP). Também, com algumas enxadas e foices e uso de tração animal leve, os caboclos passaram a trabalhar para o fazendeiro, entregando-lhe dois ou mais dias de trabalho gratuitamente, além de produtos agrícolas, como mandioca e o milho (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

### **3.3 Sistema Agrário Senhorial Escravocrata (a partir de 1850 até 1899)**

Esta região passou por um período de ocupação por milícias do Império e por tropeiros que se tornaram fazendeiros, formando uma sociedade senhorial escravocrata e da grande propriedade fundiária. Esta fase ocorreu na primeira metade do século XIX, com a apropriação das terras em grandes extensões de campos e florestas devolutas. O processo de ocupação foi acelerado pela Lei de Terras, de 1850, que decretou ser de domínio do Império todas as terras que não tivessem títulos de propriedade. Assim como a região de Ronda Alta era habitada, até então, por caboclos nômades e índios, teve a maior parte de suas terras consideradas devolutas e aptas ao apossamento (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

A Lei de Terras também demarcou definitivamente as terras para as reservas indígenas em Nonoai e de Serrinha (criado em 1847). A demarcação das terras para a colonização indígena foi realizada somente em 1856. Outro fator relevante é a aceleração da marginalização dos caboclos. A propriedade das terras era tomada por fazendeiros e eram habitadas pelos caboclos, o que gerou uma onda de conflitos, que teve seu auge a partir de 1870.

Em 1859, dados de recenseamento populacional indicam a existência de 1699 escravos, do total de 8.221 pessoas, nos distritos no município de Passo Fundo. Os escravos desempenhavam atividades como de roceiros (lavradores de produtos de subsistência), de campeiros (trabalho pastoril) e domésticos. Há indicações de que os escravos eram também empregados nos carijós (construção para secagem de erva-mate), nas atafonas (moinho manual para preparo de farinha de mandioca, milho e trigo) e, notadamente, nos engenhos de soque de erva-mate. Também enchiam de erva os turrões



e faziam o carregamento das carretas, sendo dirigidos diretamente pelos senhores ou capatazes.

### **3.4 Sistema Agrário Colonial Tradicional (período de 1890 até 1960)**

A colonização da região do Alto Uruguai ocorreu nas primeiras décadas do século XIX a partir do estabelecimento das “Colônias Novas”, com definição de propriedades por companhias de colonização particulares. Este processo incentivou a chegada de imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros (CONTERATO et al, 2007), os quais se instalaram inclusive em áreas indígenas, iniciando um processo conflituoso que perdura até dias atuais, apesar do domínio dos brancos por muitas décadas. Os indígenas passaram a exigir a retomada das terras colonizadas, expulsando e desapropriando os colonos que as ocuparam durante o processo de avanço da fronteira agrícola, principalmente em meados do século XX (NASCIMENTO, 2001; CARINI, 2005 apud et al, 2007; PELEGRINI e GAZOLLA, 2008).

O primeiro processo de migração trouxe os imigrantes italianos para a região de Guaporé, que vinham a cavalo pelo meio da mata. E na terceira corrente migratória é que os colonos descendentes de imigrantes já instalados em outras regiões do Estado do RS passaram a realmente se instalar na região de Ronda Alta, a partir de 1890, foi conhecida como o “salto” para o planalto (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002). Estes colonos desenvolviam uma agricultura tradicional, em que plantavam milho, trigo, arroz, feijão. Os caboclos instalados na região produziam gado e não produziam alimento.

A abertura de projetos de colonização particulares ou colônias públicas no centro-norte possibilitou um amplo mercado de terras, especialmente com a construção da ferrovia, que permitiu a interligação entre o RS com as demais regiões do Estado e do centro-sul do País, desde a sua construção iniciada em 1899, para a colonização das áreas novas na região. Ao longo da estrada de ferro, desenvolveram-se novos núcleos de colonização, tornando Passo Fundo uma região central e importante econômica e socialmente não apenas na região do Planalto Médio, mas também o Alto Uruguai e parte das Missões (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

As vastas áreas de terras desta região se tornaram atrativas para exploração de mercado, fazendo com que companhias particulares de colonização passassem a procura por lotes e o incentivo ao trabalho livre e familiar, por parte do governo do Estado, foi

incentivado. A chamada colonização particular na região de Ronda Alta ocorreu a partir de 1917, com a venda de lotes da Fazenda Sarandi, constituída como Colônia Sarandi (RÜCKERT, 1999).

A partir de 1920 começam as vendas dos lotes aos colonos, com uma dimensão que não ultrapassava 15 hectares. Este fato criou um importante limite econômico-produtivo em função dos sistemas de cultivo instalados. Uma vez que o ambiente natural era de floresta, a primeira iniciativa era derrubar a mata, construir as primeiras instalações e desenvolver os primeiros cultivos, para propiciar a subsistência da família. Para esse sistema, os agricultores trouxeram alguns animais, como vacas, suínos, e cavalos para transporte, sementes de milho, batata e abóbora e os instrumentos necessários para estabelecer as práticas produtivas (CONTERATO et al, 2007).

A partir da instalação destes colonos, o sistema produtivo praticado era o de *rotação de terras primitivas* (WAIBEL, 1949 apud CONTERATO et al, 2007; PELEGRINI e GAZOLLA, 2008). Praticava-se a derrubada e queima da floresta que possibilitaria a produção de milho, feijão-preto e mandioca, com o auxílio de ferramentas como cavadeira, machado, foice e enxada. A produção excedente era utilizada na criação de porcos, com venda dos animais vivos ou subprodutos, como a banha, sendo trocados por gêneros de primeira necessidade não produzidos na propriedade, como sal, açúcar, café, etc.

Essa característica fez com que o Norte do RS desenvolvesse sistemas produtivos, com a predominância da lógica da agricultura familiar, como forma social de produção e trabalho. O desenvolvimento dessa agricultura familiar nesse território passou por várias fases diferentes. Fazendo-se uma periodização destas, pode-se dizer que por três fases bem claras. Uma primeira de colonização, desbravamento das matas e constituição das primeiras atividades agropecuárias desenvolvidas quase exclusivamente visando ao autoconsumo das famílias. Uma segunda, que compreende uma maior integração ao mercado e o início do processo de especialização produtiva, englobam o período de 1935 a 1960. E, uma última, que compreende o período de 1960 até o início dos anos 1990, que se caracteriza pela intensa mercantilização da agricultura familiar e de seu contínuo empobrecimento econômico e social (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008, P. 40).

O processo de colonização particular gerou conflitos por não envolver a instalação dos caboclos nos projetos na colonização das terras, especialmente, na área de matas da Fazenda Sarandi, onde já havia posseiros às margens do Rio Várzea, na orla da floresta. Os caboclos posseiros tiveram suas áreas queimadas e destruídas pelos colonizadores, e passaram a integrar os revolucionários maragatos que lhes deram apoio (RÜCKERT, 1999).

Após 1925, com a retomada dos trabalhos de medição na Colônia Sarandi, inicia-se o processo de instalação de colônias públicas na região, com a vinda de colonos das regiões de colônias velhas italianas. Compraram lotes nas terras de matas que contornavam os campos das antigas fazendas, e desenvolveram uma agricultura diversificada para a alimentação, comercializando os alimentos aos mercados urbanos e com outros estados do centro do País pela viação férrea.

Nestas áreas também desenvolviam atividades agrofloretais, como a extração de madeira, principalmente dos pinheirais, e a erva-mate. A produção diversificada para alimentação favorecia a venda de excedentes aos mercados urbanos, apesar de nesse período, a produção ser prioritariamente para o autoconsumo. A cultura do trigo e da criação de suínos também foi fator determinante na dinâmica do sistema agrário colonial (CONTERATO et al, 2007).

Para autoconsumo, destacam-se produtos como milho, feijão, arroz de sequeiro, suínos, aves, mandioca, entre outros (GAZOLLA, 2004 apud PELEGRINI e GAZOLLA, 2008). Também produziam alguns produtos típicos de transformação caseira pela agroindústria familiar, como o salame, a nata, os queijos, o pão, as bolachas, os doces de frutas, o açúcar mascavo, etc (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008).

Para as atividades agropecuárias, utilizavam equipamentos manuais e de tração animal, com algumas exceções onde eram realizadas práticas agrícolas utilizando máquinas motorizadas. A força de trabalho era livre, praticada pelos próprios membros da família e eventualmente mão-de-obra contratada, como por exemplo, os caboclos excluídos do processo de colonização.

Com a estruturação das propriedades pelos colonos e a prática diversificada de culturas a partir da década de 1930, os colonos passam a desenvolver um *sistema de produção de rotação de terras melhoradas*, mesmo não alterando muito o sistema de derrubada e queimada e comercialização de excedentes, esta prática se torna comum. A economia passa a se dinamizar com o aumento da produtividade das propriedades que antes era apenas para a subsistência e o comércio que surge passa a comprar a produção excedente. A criação de suínos passa a consolidar-se como um dos primeiros traços da especialização produtiva que será aperfeiçoada nas décadas seguintes, mas com base em outras atividades (CONTERATO et al, 2007; PELEGRINI e GAZOLLA, 2008).

Para os entrevistados, a agricultura colonial até 1960 era do tipo *camponesa*, onde havia a troca de sementes, não tinha as leis de patentes, as sementes eram trazidas da Europa pelos jesuítas, eram culturas diversificadas, e não se tinham insumos. Outras

culturas é que eram utilizadas para incorporar o solo, como alfafa e ervilha, para a reciclagem do solo e seus nutrientes, associados ao esterco animal em pequena escala. As sementes eram de domínio dos produtores. O financiamento existente na época era entre as comunidades, pois não existia crédito rural. Não tinham grandes mercados. A carne era mantida na banha, tudo que era produzido era para consumo.

A existência de diferentes categorias sociais era evidenciada em função da presença de alguns fazendeiros, de uma maioria de colonos, alguns de caboclos e indígenas, que vagavam pelas matas que ainda restavam ou serviam de mão-de-obra em certas atividades das colônias ou das fazendas. Com base nesta diversidade de categorias sociais também é possível observar a diversificação na produção como o trigo, o milho, a batata, a mandioca, o fumo, o feijão, a abóbora, a criação de gado e suínos entre outros, e agroflorestais, principalmente através da extração de erva-mate (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

As relações de produção e de troca passam a ocorrer em nível da acumulação, com a venda de produtos coloniais e agroflorestais aos mercados urbanos ou para compra de mantimentos não produzidos no campo, ou para a própria acumulação de capital. A mão-de-obra utilizada era em muitos casos era “paga” com comida e moradia, refletindo as relações sociais existentes (SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

Praticavam um sistema de cultivo com pousio e preparo inicialmente superficial do solo e utilização de insumos orgânicos e posteriormente químicos. No entanto, a agricultura começa a inserir-se no processo de modernização juntamente com as influências da Revolução Verde. Com isso inicia-se um sistema de cultivo motomecanizado, sem pousio e com grande utilização de insumos químicos, passando a abandonar o sistema de queimadas. A apropriação direta da erva-mate nativa ainda é praticada, mas sua representatividade enquanto prática agroflorestal visivelmente perde força e oferece lugar as práticas agropecuárias (SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

A Revolução Verde, com suas práticas agrícolas baseadas na utilização de insumos químicos e mecanização, apresenta-se como um dos principais fatores de crise e de alteração do sistema produtivo na época. Além disso, consequências e outros fatores levaram a crise deste sistema, tais como: a expulsão da mão-de-obra devido ao uso de maquinários de forma ativa; a realização do projeto de construção da Barragem do Rio Passo Fundo, iniciado a partir de 1950; os assentamentos rurais e as políticas de reforma agrária estadual; a crise da agricultura familiar através da divisão das colônias

entre os membros da família e o fechamento da fronteira agrícola, obrigando as novas gerações a buscarem terras em outros rincões, ou lutar pela reforma agrária (SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

Apesar do processo de colonização, tanto particular quanto pública, ter amplamente favorecido a instalação de uma agricultura familiar e de pequenos proprietários nesta região, é necessário destacar a existência, em menor número, de fazendas de grande extensão de terras oriundas do processo de loteamento da Fazenda Sarandi para colonização, como por exemplo, a Fazenda Annoni e posteriormente as Fazendas SAGRISA, Macali I e II, Brilhante, Nova Ronda Alta entre outras. Estas fazendas é que foram realocadas durante o processo de luta pela terra dos colonos que reivindicavam assentamento (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

### **3.5 Sistema Agrário Atual (1960 – dias atuais)**

Este período é marcado por transformações no contexto ambiental e agrário em termos de apropriação da terra. Em um primeiro momento, o impacto em termos ambientais refere-se à construção da usina do Rio Passo Fundo (Barragem) no início de seu funcionamento, entre a segunda metade da década de 1950 (início dos estudos Companhia Estuda de Energia Elétrica - CEEE) até 1973 (com a conclusão das obras).

A localização da Barragem na bacia do rio Uruguai, abrange o desvio do rio Passo Fundo para seu afluente, o rio Erechim, a montante de suas foz, com o uso de um desnível de 260 metros. O reservatório compreende 2.300 quilômetros quadrados, locada entre os municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Jacutinga, Erechim, Campinas do Sul e Entre Rios do Sul.

Na área do reservatório, foram atingidas 404 propriedades nas seguintes condições: 96 famílias em terras públicas, sem documentação legal e sem direito à indenização; 30 famílias mini fundiárias, sem condições de subsistência; e 28 famílias em terras particulares cujas reduções de áreas, devido à bacia inundação, inviabilizaram o trabalho na terra.

Para estas famílias, a ELETROSUL, em convênio como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ofereceu a alternativa de reassentamento no Projeto Iguatemi no Mato Grosso do Sul, à distância de 1.100 quilômetros. O reassentamento dessas famílias foi realizado ao longo de quatro anos. As demais famílias receberam a indenização direta da terra agrícola. As obras foram concluídas em

1973 (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002). Ao questionar atualmente sobre o impacto da construção da Barragem, foi informado que este empreendimento não chegou a criar um micro clima diferenciado, mas abrangeu muita planície agriculturável, grande extensão de áreas de latossolo, e isso teve impacto negativo na produção.

A colonização pública estadual na região chegou ao final na década de 1960 com a alocação de 26 famílias na 1ª Seção Rondinha no município de Ronda Alta. Do início da década de 1960 em diante, passou a predominar a colonização através de assentamentos de reforma agrária.

Na época em que o governador era Leonel de Moura Brizola, houve um movimento liderado por ele mesmo para a ocupação das terras originalmente ocupadas por castelhanos (família Maílhos). O chamado “Movimento de Capão da Cascavel”, ocorreu no mês de janeiro de 1962, resultando na desapropriação da Fazenda Sarandi, um latifúndio com área, na época, de cerca de 22.000 ha pertencente a estancieiros e industriais uruguaios (TEDESCO, 2006). Esta ocupação ocorreu na tentativa de se aplicar uma cláusula da constituição anterior a de 1988 – sobre lei de desapropriação, e deu início a um processo de mobilização para que as pessoas que não tinham propriedade da terra, mas que tinham vínculo com ela, fossem acampar na Fazenda Sarandi (chamada por eles de Linha Cascavel). A desapropriação da Fazenda Sarandi, iniciada da década de 1960, permitiu ao governo organizar um plano de colonização nessas áreas. O plano dividiu a fazenda de 25 mil hectares em 450 lotes coloniais pequenos, e 40 granjas, de porte médio, para agricultores que já se possuíssem maquinário agrícola (RÜCKERT, 1999).

Em 1965 as famílias tomam posse e vão morar na Fazenda Sarandi. Era necessário comprovar o vínculo com a terra. Segundo um descendente de colono assentado, na ocasião em que tomaram a posse da terra, foram loteados entre 50 a 60 lotes para 35 famílias (cada lote tinham em média entre 18 e 22 hectares). Contam que as terras eram tomadas pela mata e a limpeza da terra se deu de forma manual, com machado e serrote. Durante a ocupação e dada as condições ambientais, as famílias formaram entre 4 e 5 núcleos dentro da mata (segundo eles virgem) para organizar a derrubada das árvores e poder estabelecer as famílias, construir ranchos para moradia, etc.

Utilizavam-se de arado, boi e o trabalho manual para poder iniciar a plantação. Esta plantação era de culturas para subsistência, sendo o excedente então trocado ou

comercializado. Plantava-se milho, feijão, trigo, arroz. Todos na família trabalhavam na terra. Em famílias com maior número de mulheres, ao casarem, iam morar nas propriedades dos respectivos maridos. Em outras famílias com mais homens, que ao casar demandavam mais terras, estes filhos foram migrando em busca de terras em outras áreas, próximas (como em outros assentamentos posteriores como na Macali e Brilhante) ou distantes (como em SC, PR e MT).

Em relação aos assentamentos dos colonos que ocupavam as terras indígenas, localizados no Toldo da Serrinha, onde se encontra o distrito do Alto Recreio, há relatos da própria FUNAI quanto à redução de espaço dos aldeamentos e aos conflitos entre índios e brancos. Este contexto levou ao arrasamento das populações e das tradições culturais Caingangues e Guaraní. Os colonos que estavam instalados no Toldo da Serrinha vinham de diferentes locais do Estado em busca de terras mais férteis (a instalação ocorreu desde 1955 até 1962), uma vez que não dispunham de recursos financeiros para investir na recuperação do solo. A agricultura estava se modernizando através da mecanização e da utilização de grande quantidade e insumos químicos.

Cabe ressaltar que em 1848, iniciaram-se os assentamentos das aldeias indígenas guaranis e caingangues, dando início a retirada de suas terras e a diminuição da sua população. Com a Lei de Terras de 1850, foram retificadas que áreas de terras devolutas seriam para a colonização de indígenas. Entre 1856 até 1889, as áreas de assentamento indígena foram localizadas em sua maioria no norte do Estado (RÜCKERT, 1999; SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

Com a ocupação efetiva por frentes pastoris, extrativas e agrícolas, os índios passaram a perder as suas terras para os novos colonos, fato que posteriormente dará início a novos conflitos em função da posse e uso destas áreas. Somente com a nova constituição de 1988 é que as áreas indígenas passaram a ser novamente de direito deles. Com uma população reduzida e sem a abundância natural anterior para a coleta. Estas áreas tinham sido ocupadas pelos colonos imigrantes, e com a retomada das terras, os índios deveriam dar continuidade ao sistema de produção em vigor, porém não aprenderam a ter o domínio das técnicas de produção da agricultura colonial.

Atualmente, sem o domínio dos aspectos de produção – desde as técnicas até sobre as questões econômicas, como não produziram novamente, esta região está voltando a ser mata – capoeiras, pois não há o trabalho manual ou com técnicas agrícolas. Após a retomada das terras que estavam ocupadas pelos colonos, o Estado forneceu meios para que os índios passassem a produzir, inclusive forneceu animais

como vacas leiteiras. Pela falta de domínio da técnica, esta ação não surtiu efeitos relevantes. Assim, em termos econômicos, a sobrevivência indígena se dá pela produção de artesanato – cestarias, grafismos, tinturas. E há muita mobilização em termos de saúde e educação para as aldeias, mas na base do assistencialismo.

Com a destruição da floresta original, não restaram grandes áreas cobertas com mata, a não ser, pequenas áreas nas encostas mais íngremes e junto às drenagens. Associado esta questão do espaço (ambiental) e diante do processo de divisão das propriedades, junto com o esgotamento da fertilidade dos solos e ao fechamento da fronteira agrícola estadual, entre outros aspectos, a agricultura passou por um processo de especialização dos sistemas de cultivo visando uma possibilidade real de ampliar inserção mercantil. Com o tempo, a agricultura familiar passa a se dedicar ao cultivo de poucas culturas, com destaque para a soja, milho e trigo, fato que leva a exigência de uso intensificado de insumos e produtos industrializados (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008).

Para os entrevistados, a inserção da soja inicia-se ainda na época do trabalho manual e se mantém forte até os dias atuais. No caso de um colono entrevistado, que atualmente possui 31 hectares de terra (sendo 21 herdados da época da ocupação da Fazenda Sarandi) adquiridos há 23 anos. A técnica utilizada é a de plantio direto (que é a “*salvação*” para o solo, melhora e enriquece a terra). A soja utilizada é a transgênica em função da tecnologia, da praticidade e economia. Com o uso da tecnologia, atualmente são apenas o casal mais a filha que trabalham na propriedade. Em relação ao trabalho que precisavam realizar anteriormente, contam que levavam 45 dias de trabalho para colher 360 sacas, e hoje colhem 1600 sacas trabalhando com as máquinas em 2 dias.

Esta família diversifica uma parte da produção na propriedade: possuem gado leiteiro, plantam trigo e algumas árvores frutíferas. Com o trigo, a cooperativa faz o processamento da farinha e a família participa da produção de pães para o Programa Fome Zero para famílias carentes em Ronda Alta. Esta atividade chega a produzir 250 kg de pão por mês. Também produzem *chimias* (geleias) de frutas para a merenda escolar. Comentam que o clima sofreu alterações com o tempo, em função do desmatamento sendo os fenômenos de seca ou muita chuva mais frequentes atualmente. A realidade desta família se aplica aos vizinhos (muitos dos colonos moradores em propriedades próximas e assentadas na mesma ocasião), especialmente pela relação de



parentesco ou vínculos de amizade, além da associação ao sindicato de agricultores e à cooperativa existente.

São muitas as categorias sociais existentes no município, variando desde os indígenas que retornaram às suas reservas, os colonos oriundos das políticas privadas e públicas de colonização, da colonização pública estadual da década de 1960, os assentados da reforma agrária, e os atingidos pela barragem. Em termos econômicos, o município caracteriza-se por um grande volume de excedentes, destacando a produção de: soja, trigo, milho, feijão, leite, suínos e a piscicultura nos últimos anos. As relações de produção e de troca se dão principalmente através dos produtos colônias e de mão-de-obra que sai principalmente do campo e migra para as cidades buscando geralmente serviços e estudo (SCHNÄDELBACH e CONTERATO, 2002).

O Quadro 01 apresenta o resumo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários encontrados em Ronda Alta, destacando: período, origem e formação da população, principais categorias sociais, acesso fundiário, relações de produção e troca, atividades econômicas, principais produtos, instrumentos e equipamentos de produção, força de trabalho, modo de artificialização e exploração do meio e os fatores de crise e transição para o sistema agrário seguinte.

SISTEMAS AGRÁRIOS DE RONDA ALTA	INDÍGENA	CABOCLO	SENHORIAL / ESCRAVOCRATA	COLONIAL TRADICIONAL	COLONIAL ATUAL
<b>Período</b>	meados de 1650, 1700	partir de 1650 até meados de 1850	a partir de 1850 até 1899	período de 1890 até 1960	1960 – dias atuais
<b>Origem e Formação da população</b>	Grupos indígenas – guaranis/kaingangas	Índigenas e caboclos .	Índigenas, caboclos e tropeiros que se tornaram fazendeiros.	Chegada de imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros - Índigenas, colonos, colonos	Pequenos agricultores.
<b>Principais categorias sociais</b>	Tribos	Caboclos nômades e tropeiros	Fazendeiros (posseiros), caboclos (posseiros, agregados e agricultores); escravos	Fazendeiros; colonos; caboclos (agregados); índios	Colonos; assentados; afogados; índios; caboclos e alguns fazendeiros
<b>Acesso Fundiário</b>	Coletivo	Coletivo / grupal / individual-nômade	Aposamento livre; regularizada pela lei de Terras de 1850; demarcação das áreas remanescentes indígenas.	Colonização pública e privada; Propriedade regularizada (título e posse); arrendamento; parceria; posse	Última etapa da colonização pública. Propriedade regularizada (título e posse); arrendamento; parceria; posse; assentamentos.
<b>Relações de produção e troca</b>	Entre tribos	Extrativismo, caça e coleta.	Escravidão, extrativismo, agropecuária e agricultura.	Produtos coloniais; agroflorestais; agropecuários e agricultura diversificada.	Produtos coloniais; agroflorestais; agropecuários e agricultura diversificada para subsistência e monocultura para comércio.
<b>Atividades Econômicas</b>	Inexistentes	Vínculos comerciais de troca, início do comércio de gado (tropeirismo) e erva-mate.	Atividade agrícola, pastoril, soque de erva-mate	Relações de troca ou comércio incipiente de produtos excedentes por gêneros de primeira necessidade. Início da organização do comércio de excedentes.	Cooperativas, produtos coloniais, agropecuária,
<b>Principais produtos</b>	Mandioca, milho, feijão, abóbora, moranga, fumo, erva-mate, pinhão, frutas	Erva-mate, mandioca e milho	Erva-mate, gado, mandioca, milho, trigo	Gado leiteiro, suínos, e cavalos para transporte, milho, trigo, batata, feijão-preto, arroz de sequeiro, mandioca e abóbora; madeira e erva-mate; fumo.	Milho, fumo, feijão, soja, trigo, gado de corte e de leite e a suinocultura. Predominantemente soja e gado de leite.
<b>Instrumentos e equipamentos de produção</b>	Equipamentos manuais como machado de pedra, arco e flecha, canoa, e instrumentos de pontas feitas de madeira ou ossos de animais.	Ferramentas manuais (foice, machado, enxada)	Equipamentos manuais e tração animal, atafonas para moagem.	Equipamentos manuais - cavadeira, machado, foice e enxada, tração animal e motomecanizado leve. Cultivo com pouso e preparo superficial do solo, utilização de insumos orgânicos e posteriormente químicos.	Equipamentos manuais, tração animal, motomecanizado leve e pesado, insumos químicos
<b>Força de trabalho</b>	Livre	Livre	Livre, escrava, agregada.	Livre (familiar e contratada). Agregados	Livre (familiar e contratada). Agregados
<b>Modo de artificialização e exploração do meio</b>	Cça, pesca, coleta; culturas de subsistência sobre práticas de queimada com pequenas roças.	Extração, sistema de cultivo sob queimada; preparo superficial do solo com algumas lavouras de subsistência.	Extração de erva-mate; sistema de queimadas pelos caboclos; pecuária extensiva em campo sujos.	Extrativismo vegetal, de madeira e erva-mate, agricultura diversificada, início das práticas agropecuárias. Preparo superficial e também com maior profundidade do solo. Práticas de rotação de cultura. Pequenas roças.	Intervenções na agricultura de forte impacto ambiental; monocultura para excedentes e policultura para subsistência.
<b>Fatores de crise e transição para o sistema Agrário Seguinte</b>	Chegada dos bandeirantes paulistas; destruição das reduções jesuíticas; dizimação da população indígena; permanência dos tropeiros e caboclos	Lei de Terras de 1850	Colonização pública e privada; abolição da escravatura.	Revolução Verde; construção das barragens; assentamentos rurais; crise da agricultura familiar; fechamento da fronteira agrícola; busca por novas áreas de plantio.	Em alguns casos verifica-se a transição para uma agricultura orgânica, porém sem ainda impacto em termos de sistemas de produção.

**Quadro 01: resumo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários encontrados em Ronda Alta**

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do município de Ronda Alta e a observação e pesquisa sobre a evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários traz inerente à história dos conflitos e lutas pela terra. Diferentes fatores favoreceram para que estes acontecimentos tenham ganhado força e eclodissem nesta região, como por exemplo, a exclusão dos caboclos, as apropriações por grandes fazendas, a construção da barragem do Rio Passo Fundo, a retomada das terras indígenas, entre outros, como o próprio ambiente que facilitou uma revisão do acesso a terra e sua disposição aos colonos que não a possuíam.

Um aspecto relevante é que a própria fragilidade dos colonos em termos estruturais, de acesso aos insumos agrícolas também favoreceu que o modelo da Revolução Verde tenha sido implantado com tanta força e vigor, tornando as pequenas propriedades antes bastante diversificadas, em áreas de agricultura voltadas para a sojicultura. Ainda é visível a manutenção de pequenas propriedades que desempenham uma agricultura diversificada para o autoconsumo, mas em proporções bem inferiores ao período que eram predominantes. Esta condição também é atribuída ao próprio ambiente físico, que em determinados locais, mantém áreas com resíduos de floresta e onde o maquinário não é viável.

Um aspecto importante na realização deste trabalho é entender este processo evolutivo e entende-se que este sistema encontra-se em fase de revisão, uma vez que a região tem sido fortemente engajada com sistemas de produção orgânica, ainda que em escalas menores. Em termos de sugestão de trabalhos futuros, entende-se a pertinência de se analisar como este processo está sendo organizado e qual a sua capacidade de alteração do sistema agrário atualmente predominante. As condições em que os colonos situam-se e precisarão enfrentar para esta transformação é bastante relevante e merece atenção, especialmente por interessados no desenvolvimento rural e nas implicações agrárias inerentes a região estudada.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Bernard José Pereira; GOTLIB, Joyce. **Momentos inaugurais da reforma agrária: Brasil e África do Sul.** Revista IDEAS, v. 3, n. 1, p. 30-53, jan./jun. 2009.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto uruguai/rs: suas metamorfoses e reações locais.** In : SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P. (Org.). Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1, p. 47-60.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **O avanço luso-brasileiro sobre as terras kaingang no Rio Grande do Sul.** Disponível em [http://www.portalkaingang.org/index\\_historia\\_4.htm#](http://www.portalkaingang.org/index_historia_4.htm#) Acesso em 28 jun 2011.

**Levantamento de Reconhecimento de Solos do Estado do Rio Grande do Sul.** DNPA, Ministério da Agricultura, 1973.

**Levantamento de Recursos Naturais.** Projeto RADAM – IBGE, RJ – 1986.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do Neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 152 p.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul.** Pp.133 à 147. IN: Miguel, L. A . (org). Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários. Série EAD/ UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 147p.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.** Cadernos do Ceam Núcleo de Estudos Agrários, Ano VIII, n. 32, Brasília, dezembro 2008.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, Redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres.** Porto Alegre: AGE, 2000

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em: 03 nov 2010.

RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul: Ensaio de monografia natural.** 3ª ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

REICHERT, Patrício. **Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo: a formação da sua identidade camponesa.** Cadernos do CEOM – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES, 2010. Disponível em <http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/679/440> Acesso em 12 ago 2011.

RÜCKERT, Aldomar (Org.). **A Construção do Território na Região de Ronda Alta. Ocupação e Colonização: 1831 – 1996.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.

RÜCKERT, Aldomar. **A trajetória da Terra: Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul / 1827 – 1931.** Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SCHNÄDELBACH, Carla V.; CONTERATO, Marcelo. **Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários no Município de Ronda Alta – RS.** Trabalho apresentado para a disciplina Dinâmica de Sistemas Agrários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2002.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas.** Ijuí: Ed. da UNIJUI, 2005.

STRECK, Edegar; KAMPF, Nestor; DALMOLIN, Ricardo Simão Diniz; KLAMT, Egon; NASCIMENTO, Paulo César do; SCHNEIDER, Paulo. **Solos do rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EMATER/ UFRGS, 2002

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João; CECCHET, Renan. **Populismo, Nacionalismo e Caudilhismo: a atuação do MASTER na Fazenda Sarandi – norte do Rio Grande do Sul – 1960 a 1964.** História: debates e tendências-Passo Fundo, V. 6, nº 1, p. 63-99, 1º sem. 2006.

WOLOSZYN, Noeli. **EM BUSCA DA TERRA: Colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense.** Disponível em [http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/historia/BUSCA\\_TERRA\\_COLONIZACAO\\_EXPLORACAO\\_MADEIRAS\\_OESTE\\_CATARINENSE.pdf](http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/historia/BUSCA_TERRA_COLONIZACAO_EXPLORACAO_MADEIRAS_OESTE_CATARINENSE.pdf) Acesso em 22 jul 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920.** Ijuí: Ed: UNIJUI, 1997.